



## **A IMPORTÂNCIA DAS ADAPTAÇÕES CURRICULARES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL<sup>1</sup>**

Fabricia Zanelato Bertolde <sup>2</sup>

Jeanes Martins Larchert <sup>3</sup>

### **INTRODUÇÃO**

As discussões sobre o processo de inclusão se fortaleceram em diversos países do mundo e, também, no Brasil na década de 1990, sobretudo a partir de 1994 com a Declaração de Salamanca que ressalta questões como os princípios, políticas e práticas em Educação Especial (UNESCO, 1994). Essa declaração fomenta uma escola inclusiva onde os alunos devem aprender juntos. Tais escolas necessitam direcionar seu trabalho respeitando as diversidades individuais dos alunos, respeitando os ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades.

Nessa conjuntura, o Governo Federal concretizou as políticas públicas inclusivas através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, de modo que a década de 90 é considerada um marco histórico no âmbito da educação inclusiva. As pessoas com deficiência têm o direito, assim como qualquer outro cidadão, de utilizar dos bens sociais, principalmente a educação. Esse direito é pautado em uma educação inclusiva, que deve garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos. Contudo, para que esse acesso no contexto escolar aconteça de forma verdadeira, é fundamental a definição e execução de políticas públicas que tragam regulamentação, ações, orientações e que garantam investimento para a educação especial numa perspectiva inclusiva (MENDES, 2010; MIRANDA, 2003; MANTOAN, 2006).

A educação que busca o desenvolvimento de todos os alunos deve proporcionar possibilidades de aprendizagem que oportunizem a todos com ou sem deficiência. Assim, ao

---

<sup>1</sup> Esse trabalho é parte integrante da dissertação de mestrado do PPGE/UESC, sob o protocolo CAAE de nº 18370219.3.0000.5526.

<sup>2</sup> Mestranda em Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, [bertoldi.fabricia@hotmail.com](mailto:bertoldi.fabricia@hotmail.com);

<sup>3</sup> Professora Doutora em Educação, Universidade Estadual de Santa Cruz. DCIE/PPGE, [jelarchert@yahoo.com.br](mailto:jelarchert@yahoo.com.br);



planejar as atividades para esse público essas precisam centralizar o aspecto cognitivo, especialmente direcionando para o pensamento abstrato. (FACCI e SIERRA, 2011).

É fundamental ressaltar que a inclusão escolar não está intrinsicamente relacionada aos alunos com deficiência e outras condições orgânicas que afetam o aprendizado, a concepção de inclusão vai além. “Inclusão é o processo que o ser humano possui de reconhecer e entender o outro sujeito” (MANTOAN, 2010, p.1). Para iniciar um processo de inclusão escolar a escola precisa aderir a transformações que vão desde sua estrutura física até as práticas pedagógicas, com o objetivo de conseguir atender de forma adequada toda a diversidade presente em seu interior (OLIVEIRA et al, 2013).

Dessa forma, a escola precisa ter em seu quadro profissionais formados em uma perspectiva que ajude na construção de um espaço de diálogo e respeito pelo diferente, trabalhando para mudanças importantes na forma de pensar, agir e atuar na educação (SILVA, 2014)

Nesse contexto, a reflexão aqui desenvolvida busca refletir sobre a relevância da adaptação curricular no processo de ensino e aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial, buscando refletir sobre o que está sendo discutido sobre o tema. As informações aqui relatadas foram concebidas através de uma revisão bibliográfica em artigos nacionais e internacionais que destacam a importância de rever os critérios que são utilizados durante o processo de adaptação curricular, autores como MANTOAN (2010), OLIVEIRA et al (2013), FACCI E SIERRA (2011), HEREDERO, (2010), MARQUES; DUARTE (2013) entre outros enriqueceram as reflexões aqui levantadas. Utilizou-se também a observação direta e a entrevista semiestruturada para enriquecer e dar credibilidade ao estudo.

A educação especial é um ensino universalizado, na qual o aluno é o sujeito de sua aprendizagem, assim é imprescindível a ressignificação das práticas pedagógicas como, em especial, o processo de adaptação curricular.

## **METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento e realização da pesquisa optou-se por abordar estratégias metodológicas que nortegassem “[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade [...]” segundo proposto por Minayo (1999). O caminho a ser trilhado neste trabalho foi direcionado por uma abordagem qualitativa, para esta autora, a abordagem



qualitativa trabalha com o universo dos significados, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

Privilegiamos nessa pesquisa qualitativa o estudo de caso, pois é um procedimento metodológico que viabiliza a apreensão de diversas situações do contexto envolvido. Os procedimentos metodológicos usados foram a observação direta e a entrevista semiestruturada, pois acreditamos que a utilização de múltiplas fontes fortalece a credibilidade e a confiabilidade dos resultados.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa está em andamento em uma escola pública do município de Eunápolis/BA uma escola de pequeno porte, com 347 alunos distribuídos nos três turnos. Após a apresentação do projeto realizamos um encontro individual com os professores para a aplicação da entrevista, esses encontros foram agendados nos momentos de ACs para não interferirem nas atividades pedagógicas de sala de aula.

Participaram da pesquisa 06 professores do turno matutino e vespertino, foram incluídos na pesquisa os professores que tinham alunos com deficiência matriculados nas salas de aula regular, identificamos os participantes usando a letra P (professor) e números de 1 a 6 para distinguí-los. Dos entrevistados 100% possuem graduação e, no mínimo, uma especialização, a maioria dos entrevistados estão na faixa etária de 41 a 50 anos. Nesse recorte a pesquisa busca refletir sobre a importância das adaptações curriculares para os alunos público alvo da educação especial.

Durante a entrevista perguntamos sobre a importância da adaptação curricular no processo de ensino e aprendizagem, os participantes relataram que:

As adaptações devem ser feitas para ajudar o aluno. (P01)

A gente escuta muito falar nos curso que realizo, mas acho difícil realizar”  
(P06)

As adaptações correspondem à necessidade percebida no aluno, ai modifico as tarefas para ver se ele consegue fazer. (P05)

Nesta perspectiva, percebemos que a maioria considera que as adaptações são importantes e que devem ser realizadas sempre que necessária. Dessa forma, as atividades pedagógicas que buscam oferecer respostas às necessidades dos alunos durante as aulas são consideradas como um instrumento que auxilia o desenvolvimento global desse aluno (HEREDERO, 2010, p. 199).



Essa ação não significa “facilitar o conteúdo”, mas propiciar o desenvolvimento do nível potencial com atividades diversificadas. A adaptação curricular é necessária para permitir aos alunos com deficiência um caminho para alcançar os conteúdos curriculares e para que se torne possível é necessário o trabalho em conjunto dos profissionais envolvidos na educação (MARQUES; DUARTE, 2013).

A educação inclusiva direciona para ações que visem não só o acesso dos alunos com deficiência às escolas regulares, mas a responsabilidade de desenvolver a aprendizagem em todos os espaços e atividades do cotidiano escolar (MANTOAN, 2010). Assim, a política de inclusão necessita que o sistema educacional se reestruture reconhecendo e valorizando a diversidade para o enriquecimento do processo educacional. A escola deve buscar se organizar para receber e promover o atendimento às necessidades educacionais de todos os alunos, de forma que beneficie a todos (BRASIL, 2005).

Nas análises preliminares da pesquisa observa-se que os professores apresentam dificuldades em realizar as adaptações curriculares, no trecho abaixo podemos verificar que esse instrumento, na maioria das vezes, não é valorizado durante a prática pedagógica.

Enquanto a professora distribuía a atividade da área de ciências humanas para todos os alunos, a criança com DI recebe um comando escrito em uma folha com a seguinte afirmativa: Faça um colorido bem bonito! O desenho fazia alusão a uma data comemorativa da época (Registro do diário de campo, 2019).

Quando se realiza uma ação que vise a adaptação curricular esta precisa ser elaborada propondo atender as singularidades específicas dos alunos, mas essa adaptação precisa conservar os componentes e conteúdos curriculares. De acordo com Capellini, “a adaptação deve ser baseada no currículo comum, assim o aluno não terá prejuízo em relação ao conteúdo e as atividades serão pautadas nas especificidades do aluno” (CAPELLINI, 2018, p. 138).

Ao refletirmos as colocações feitas pelos participantes durante as entrevistas consegue-se perceber que eles possuem conhecimento sobre o conceito e características das adaptações curriculares, mas quando direcionadas para a prática pedagógica verifica-se que os participantes apresentam dificuldade em realizar essa prática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



A educação inclusiva direcionada para os alunos público alvo da educação especial necessita de ações que busquem favorecer o acesso, a permanência e, principalmente, a aprendizagem desses alunos respeitando as suas singularidades.

Trabalhar com adaptação é construir ações onde o professor irá flexibilizar o objetivo, as estratégias e as atividades direcionadas para os alunos com deficiência, essas ações não visam reduzir os conteúdos, mas busca ajustar de forma que atenda as condições de desenvolvimento para que todos os alunos participem e aprendam os mesmos conhecimentos (ARAÚJO, 2019).

Entendemos que a escola possui um papel primordial nesse processo, pois ela encaminha e planeja as ações para que os alunos desenvolvam sua aprendizagem. Para isso, o professor precisa conhecer seu aluno para conseguir realizar as adaptações de forma que desenvolva as potencialidades deles. Entretanto, entendemos que para a concretização dessas ações esse profissional precisa de condições de trabalho como salas adequadas, número reduzido de alunos, recursos pedagógicos e humanos satisfatórios, valorização salarial, serviço de apoio pedagógico, salas de recursos multifuncional e formação continuada que supra as necessidades reais desse profissional.

Nesta perspectiva, o objetivo desse estudo foi buscar compreender o entendimento dos professores sobre esse instrumento e entender como estão organizando essa ação para atender as especificidades desses alunos. Dessa forma, esse estudo revela que os professores possuem apropriação sobre as concepções, mas estas não são suficientes para a aplicação coerente desse instrumento utilizando de forma superficial. Assim, esses profissionais precisam de maior aprofundamento não só teórico como, principalmente, prático sobre esse tema, pois as escolas precisam se tornar ambientes inclusivos.

Acredita-se que os estudos aqui realizados possam contribuir para a reflexão desse tema e que os professores possam ter acesso as informações construídas, assim terão estímulo para buscarem mudanças mais intensas dentro das escolas em relação a aprendizagem do aluno com deficiência.

**Palavras-chave:** Educação especial; Adaptação curricular, Ensino e aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. **Adaptações curriculares na inclusão escolar:** contrastes e semelhanças entre dois países. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. SIERRA, Dayane Buzzelli. **A educação de pessoas com deficiência intelectual:** aprendizagem promove desenvolvimento. Revista Educação em Questão, Natal, v. 40, n. 26, p. 128-150, jan./jun. 2011.



HEREDERO, Eladio Sebastian. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/9772>. Acesso em: junho de 2019.

MARQUES, Aline Nathalia; DUARTE, Márcia. O trabalho colaborativo: uma estratégia de ensino na aprendizagem de alunos com deficiência intelectual. **Revista de Ciências Humanas Frederico Westphalen**, v 14, n. 23, p.87-103, 2013. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/ba92/5bc5a68045d4af472b314c73733c5d7a0e59.pdf>. Acesso em: março de 2020.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/berto/Downloads/9842-Texto%20del%20art%20culo-28490-2-10-20110810.pdf>. Acesso em: setembro de 2019.

MIRANDA, A. A. B. **A prática pedagógica do professor de alunos com deficiência mental**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista, Piracicaba/SP 2003.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado; SILVA, Luís Henrique. **Avaliação pedagógica: foco na deficiência intelectual numa perspectiva inclusiva**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

SILVA, J. P. da. **Formação docente em tempos de educação inclusiva: cenários e desafios em uma escola pública**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **O desafio das diferenças nas escolas**. Rio de Janeiro: Vozes Limitada, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e suas linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: outubro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília, DF: MEC, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf>. Acesso em: setembro de 2019